



Karen Barad > **Performatividade pós-humanista:
para entender como a matéria chega à matéria¹**

Tradução: Thereza Rocha

> Professora Titular de Estudos Feministas, Filosofia e História da Consciência na Universidade da Califórnia em Santa Cruz. Autora de *Meeting the Universe Halfway: Quantum Physics and the Entanglement of Matter and Meaning* (Duke University Press, 2007).

“Onde foi que arranjamos a insólita ideia de que a natureza — oposta à cultura — é a-histórica e atemporal? Estamos tão impressionados com nossa inteligência e autoconsciência... Precisamos parar de contar as mesmas antigas histórias antropocêntricas da carochinha.”
Steve Shapiro

À linguagem tem sido concedido muito poder. Virada linguística, virada semiótica, virada interpretativa, virada cultural: parece que, ultimamente, a cada virada, cada “coisa” — até mesmo a materialidade — é transformada em matéria de linguagem ou em alguma outra forma de representação cultural. Trocadilhos onipresentes com “matéria”, todavia, não assinalam uma reformulação dos conceitos-chaves (materialidade e significação) e nem da relação entre eles. Pelo contrário, isso parece sintomático do grau com que as matérias de “fato” (por assim dizer) têm sido substituídas por matérias de significação (sem aspas agora). A linguagem importa. O discurso importa. A cultura importa. Há um sentido decisivo no qual a única coisa que parece não importar mais é a matéria.

O que nos compele à crença de que temos um acesso direto às representações culturais e a seus conteúdos que nos falta às coisas representadas? Como a linguagem tornou-se mais confiável que a matéria? Por que à linguagem e à cultura são concedidas agência e historicidade próprias enquanto a matéria é caracterizada como passiva e imutável, ou, quando melhor, como herdeira de um potencial de mudança derivante da linguagem e da cultura? Como seremos capazes de identificar as condições materiais que nos levaram a essa reversão brutal das crenças naturalistas se a própria materialidade é, desde sempre, caracterizada dentro de um domínio linguístico figurado como sua condição de possibilidade?

É difícil negar que o poder da linguagem tem sido substancial. Demasiado substancial, poder-se-ia argumentar, ou, talvez indo mais ao ponto, demasiado substancializante. Nem um exagerado crédito ao poder da linguagem, nem a expressa preocupação de que à linguagem está sendo concedido demasiado valor são apreensões novas, especificamente atribuídas ao jovem século XXI. Por exemplo, no século XIX, Nietzsche alertou contra a tendência errônea de se levar demasiado a sério a gramática, permitindo à estrutura linguística modelar ou determinar o nosso entendimento do mundo, acreditando que a estrutura de sujeito e predicado da linguagem refletiria uma realidade ontológica prévia de substância e atributo. A crença de que as categorias gramaticais refletem a estrutura subjacente do mundo é um hábito mental sedutor e insistente que vale a pena questionar. De fato, a confiança representacionista no poder das palavras

1 No original: *Posthumanist Performativity: Toward an Understanding of How Matter Comes to Matter* (2003). Este artigo de Karen Barad oferece um desafio particular à tradução para o português, presente já em seu título e se agravando ao longo do texto, uma vez que o termo central utilizado pela autora para enfeixar suas considerações é “matter” — a mesma palavra significando, na língua inglesa, tanto “matéria” e “questão” (substantivos) quanto “importar” (verbo). Importante entender que o termo “matter”, por conter todos esses sentidos na mesma palavra, opera o próprio sentido da questão ensejada pela autora, infelizmente, porém, impossível de ser vertido como tal para a nossa língua. Na grande maioria dos casos, resolvemos verter o termo para o verbo “importar”; aqui e ali, optamos, como no título, por “chegar à matéria”; em alguns casos mais pontuais, escolhemos outras alternativas para demarcar ocorrências determinantes do jogo com o original quando estas se fizeram necessárias, e sempre com comentários correspondentes nas Notas da Tradução.

para espelhar um fenômeno preexistente é o substrato metafísico que sustenta as crenças do construtivismo social, assim como as crenças realistas tradicionais. De modo significativo, o construtivismo social tem sido objeto de intenso escrutínio tanto em círculos de *science studies*² como de estudos feministas, nos quais considerável e atualizada insatisfação tem sido manifestada³.

Um entendimento performativo das práticas discursivas desafia a crença representacionista no poder das palavras para representar coisas preexistentes. A performatividade, devidamente compreendida, não é um convite a transformar tudo (inclusive corpos materiais) em palavras; ao contrário, a performatividade é precisamente a contestação do poder excessivo dado à linguagem de determinar o que é real. Assim, em irônico contraste com a má compreensão que equipararia a performatividade a uma forma de monismo linguístico, considerando a linguagem como substância da realidade, a performatividade é na verdade uma contestação dos hábitos mentais irrefletidos que concedem à linguagem e a outras formas de representação mais poder para determinar nossas ontologias do que elas merecem⁴.

O movimento na direção de alternativas performativas ao representacionismo desloca o foco da questão de correspondência entre descrições e realidade (por exemplo, elas refletem a natureza ou a cultura?) para questões de práticas/fazeres/ações. Eu diria que as abordagens performativas, além disso, trazem para primeiro plano questões importantes de ontologia, materialidade e agência. Enquanto abordagens do construtivismo social, permanecem capturadas pela ótica geométrica da reflexão, na qual, semelhante ao jogo de imagens ao infinito entre dois espelhos, um face ao outro, o epistemológico é rebatido para frente e para trás, porém nada mais é visto. Saindo da armadilha representacionista da ótica geométrica, eu mudo o foco para a ótica física, para méritos de difração em vez da reflexão. Ler difrativamente, umas através das outras, as visões da teoria feminista e da teoria *queer* e as abordagens dos *science studies* implica pensar o “social” e o “científico” juntos, numa abordagem mais esclarecedora. O que frequentemente aparece como entidades separadas (e conjuntos separados de preocupações), com fronteiras bem demarcadas, não implica efetivamente uma relação de exterioridade absoluta. Como padrões difrativos, iluminando a natureza indefinida das fronteiras — dispondo sombras em regiões “claras” e trazendo focos de luz a regiões “escuras” —, a relação entre o social e o científico é uma relação de “exterioridade de dentro”. Esta não é uma relação estática, mas um fazer — o operar das fronteiras — que sempre implica exclusões constituintes e, assim, indispensáveis

2 Seguimos a orientação da maioria dos grupos de pesquisa dos *science studies* no Brasil na opção pela utilização do termo em inglês cuja tradução, assim postulam, torná-lo-ia demasiado genérico e, assim, pouco informativo do campo de estudos em questão. N. da T.

3 A insatisfação aparece na literatura dos anos 1980. Ver, por exemplo, HARAWAY, Donna. “‘Gender’ for a Marxist Dictionary: The Sexual Politics of a Word” e “Situated Knowledge: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective” (originalmente publicados em 1987 e 1988, respectivamente, ambos republicados em HARAWAY, 1991). Ver também BUTLER, 1989. (No Brasil: HARAWAY, 2004; 1995, respectivamente. N. da T.)

4 Isto não para desconsiderar a válida preocupação de certas abordagens performativas específicas dedicarem demasiado poder à linguagem. Ao contrário, a questão é que isso não é uma característica inerente à performatividade, mas um irônico efeito colateral.

questões de responsabilidade⁵. Meu objetivo é contribuir com os esforços para afiar a ferramenta teórica da performatividade para os *science studies*, as teorias *queer* e feminista e outros projetos do tipo, além de promover a sua mútua consideração. Neste artigo, ofereço uma elaboração de performatividade — elaboração materialista, naturalista e pós-humanista — que permita à matéria seu papel como participante ativa do devir do mundo, em sua contínua “intra-atividade”⁶. É de uma importância vital que compreendamos o quanto a matéria importa.

Do representacionismo à performatividade

“Gente representa.
Isso é parte do que é ser gente. [...] Não *homo faber*, quero dizer, mas *homo depictor*.”
Ian Hacking (1983, p. 144; p. 132)

Tanto as teorias sociais liberais como as teorias do conhecimento científico devem muito à ideia de que o mundo é composto por indivíduos — existindo presumivelmente antes da lei, ou da descoberta da lei — à espera da/em convite à representação. A ideia de seres que existem como indivíduos com atributos inerentes, anteriores às suas representações, é uma pressuposição metafísica que subjaz à crença nas formas de representacionismo político, linguístico e epistemológico. Ou, dito de outra forma, o representacionismo é a crença na distinção ontológica entre as representações e aquilo que elas pretendem representar; particularmente, aquilo que é representado é tomado como independente de todas as práticas de representar. Ou seja, há assumidamente dois tipos distintos e independentes de entidade — as representações e as entidades a serem representadas. Com alguma frequência, o sistema de representação é explicitamente teorizado nos termos de um arranjo tripartido. Por exemplo, em adição ao conhecimento (i.e., representações), de um lado, e ao conhecido (i.e., o que é supostamente representado), de outro, às vezes torna-se explícita a existência de um conhecedor (i.e., alguém que faz a representação). Quando isso acontece, fica claro que representações cumprem uma função mediadora entre entidades que existem independentemente. Essa impercebida falha ontológica levanta questões acerca da acurácia das representações. Por exemplo, o conhecimento científico representa com precisão uma realidade que existe independentemente? A linguagem representa com

5 Haraway propõe a noção de difração como metáfora para repensar a geometria e a ótica da relacionalidade: “A teórica (f)eminista Trinh Minh-ha [...] procurava por um modo de caracterizar a ‘diferença’ como uma ‘diferença crítica de dentro’, e não como marcas taxonômicas fundamentando a diferença como *apartheid*. [...] A difração não produz ‘o mesmo’ deslocado, tal como fazem a reflexão e a refração. Difração é mapeamento da interferência, e não de replicação, reflexão ou reprodução. Um padrão difrativo não mapeia onde a diferença aparece, antes mapeia onde aparecem os *efeitos* da diferença” (1992, p. 300). Haraway (1997) promove a noção de difração a uma quarta categoria semiótica. Inspirada por suas sugestões na utilização proveitosa deste rico e fascinante fenômeno físico para pensar diferenças que importam, elaboro futuramente a noção de difração como uma ferramenta crítica mutante de análise (pensada não como quarta categoria semiótica) no meu próximo livro (BARAD, 2007).

6 Para repensar o naturalismo, ver Rouse (2002). O neologismo *intra-atividade* é definido a seguir.

precisão o seu referente? Um representante político, um advogado, ou uma legislação representam com precisão os interesses das pessoas supostamente representadas?

O representacionismo tem sido significativamente desafiado pelas feministas, pelos pós-estruturalistas, pelos críticos pós-colonialistas e pelos teóricos *queer*. Nomes como Michel Foucault e Judith Butler são frequentemente associados a tal questionamento. Butler (1990, p. 2)⁷ resume assim a problemática do representacionismo político:

Foucault observa que os sistemas jurídicos de poder *produzem* os sujeitos que subseqüentemente passam a representar. As noções jurídicas de poder parecem regular a vida política em termos puramente negativos [...] Porém, em virtude de a elas estarem condicionados, os sujeitos regulados por tais estruturas são formados, definidos e reproduzidos de acordo com as exigências delas. Se esta análise é correta, a formação jurídica da linguagem e da política que representa as mulheres como “o sujeito” do feminismo é, em si mesma, uma formação discursiva e efeito de uma dada versão da política representacional. E, assim, o sujeito feminista se revela discursivamente constituído pelo próprio sistema político que supostamente deveria facilitar sua emancipação [...].

Na tentativa de remediar essa dificuldade, teóricos da crítica social se esforçam para formular entendimentos das possibilidades de intervenção política que superem a moldura do representacionismo.

O fato de o representacionismo estar sob suspeita no domínio dos *science studies* é menos conhecido, mas não menos significativo. O exame crítico do representacionismo só surgiu quando o estudo da ciência mudou seu foco: da natureza e da produção do conhecimento científico para o estudo da dinâmica detalhada da prática da ciência. Essa mudança significativa é uma forma de caracterizar, grosso modo, a diferença de ênfase entre os vários estudos disciplinares da ciência (por exemplo, história da ciência, filosofia da ciência, sociologia da ciência) e os *science studies*. Isso não quer dizer que todas as abordagens dos *science studies* sejam críticas ao representacionismo; muitos desses estudos aceitam o representacionismo incondicionalmente. Por exemplo, há inúmeros estudos sobre a natureza das representações científicas (inclusive sobre como os cientistas as produzem, as interpretam e, de outro modo, delas fazem uso) que dão como dado o ponto de vista filosófico subjacente que lhes dá foco — a saber, o representacionismo. Por outro lado, tem havido um esforço comum por parte de alguns pesquisadores dos *science studies* para ultrapassarem o representacionismo.

Representar e Intervir (1983)⁸, de Ian Hacking, trouxe para primeiro plano a questão das limitações do pensamento representacionista acerca da natureza da ciência. A crítica mais aprofundada e sustentável do representacionismo na filosofia da

7 Edição brasileira: BUTLER, 2015, 8a ed., p. 18-19. N. da T.

8 Edição brasileira: HACKING, 2012. N. da T.

ciência e nos *science studies* é encontrada na obra do filósofo da ciência Joseph Rouse. Rouse tomou a dianteira ao interrogar as restrições do representacionismo na teorização da natureza das práticas científicas⁹. Por exemplo, enquanto o velho debate entre o realismo científico e o construtivismo social movia-se sem constrangimentos da filosofia da ciência para os *science studies*, Rouse (1996) pontuava que tais posições adversárias tinham mais em comum do que supunham os seus proponentes. De fato, elas compartilham pressupostos representacionistas que encorajam debates sem fim: ambos os realistas científicos e os construtivistas sociais acreditam que o conhecimento científico (nas suas múltiplas formas representacionais, tais como conceitos teóricos, diagramas, trajetórias de partículas, imagens fotográficas) media o nosso acesso ao mundo material; onde diferem é na questão do referente, isto é, se o conhecimento científico representa as coisas do mundo como realmente são (i.e., “Natureza”) ou como “objetos” que resultam das atividades sociais (i.e., Cultura). Ambos os grupos, entretanto, reproduzem o representacionismo.

O representacionismo está tão profundamente enraizado na cultura ocidental que vem assumindo um ar de senso comum. Parece inevitável, se não simplesmente natural. Mas o representacionismo (assim como a “própria natureza” e não apenas a nossa representação dela!) tem uma história. Hacking rastreia o problema filosófico das representações ao sonho democriteano de átomos e do vazio. De acordo com a filosofia antropológica de Hacking, as representações não eram problema antes de Demócrito: “de início, a palavra ‘real’ significava meramente semelhança não discricionária” (1983, p. 142). Com a teoria de Demócrito sobre o átomo, surge a possibilidade de um intervalo entre representações e representados — a “aparência” faz sua primeira aparição. A mesa é uma massa sólida feita de madeira ou um agregado de entidades discretas movendo-se no vazio? O atomismo coloca a questão sobre qual representação é real. O problema do realismo em filosofia é um produto da visão de mundo atomista.

Rouse identifica o representacionismo como um subproduto cartesiano — uma consequência particularmente imperceptível da divisão cartesiana entre “interno” e “externo” que se quebra na linha de cota do sujeito cognoscente. Rouse traz à luz a crença assimétrica na palavra sobre o mundo¹⁰, sublinhada pela natureza da dúvida cartesiana:

Eu quero encorajar a dúvida sobre o pressuposto de que as representações (quer dizer, os seus significados ou conteúdo) sejam mais acessíveis a nós do que as coisas que elas supostamente representam. Se não há nenhuma linguagem mágica através da qual possamos inequivocamente acessar seus referentes, por que deveríamos

9 Rouse inicia o seu questionamento do representacionismo em *Knowledge and Power* (1987). Ele examina como a compreensão representacionista do conhecimento fica pelo caminho no entendimento da natureza da relação entre poder e conhecimento. Em *Engaging Science* (1996), ele segue a sua crítica do representacionismo e o desenvolvimento de uma compreensão alternativa da natureza das práticas científicas. Rouse propõe que entendamos a prática científica como padrões contínuos de atividade situada, uma ideia que será elaborada depois em *How Scientific Practices Matter* (2002).

10 Aqui um interessante trocadilho perdido quando vertido ao português. No original: “faith in word over world”. N. da T.

pensar todavia que há uma linguagem que magicamente nos permita acessar diretamente seu sentido ou conteúdo representacional? A pressuposição de que podemos saber o que queremos dizer, ou o que dizem nossas performances verbais, mais prontamente do que podemos saber os objetos a respeito dos quais são estes dizeres, é uma herança cartesiana, uma variação linguística da insistência de Descartes de que possuímos acesso direto e privilegiado aos conteúdos de nossos pensamentos que nos falta em relação ao mundo “externo” (1996, p. 209).

Dizendo de outro modo, a aposta assimétrica em nosso acesso às representações mais que às coisas é um fato contingente da história e não uma necessidade lógica; quer dizer, é tão somente um hábito mental cartesiano. É necessário um saudável ceticismo acerca da dúvida cartesiana para que possamos começar a ver uma alternativa¹¹.

De fato, é possível desenvolver posições filosóficas coerentes negando que haja representações de um lado e, de outro, entidades ontologicamente separadas à espera da representação. Uma compreensão performativa, que desloque o foco de representações linguísticas para práticas discursivas, é uma dessas alternativas. Em particular, a busca por alternativas ao construtivismo social tem motivado abordagens do feminismo, da teoria *queer*, assim como dos *science studies*. O nome de Judith Butler é frequentemente associado ao termo *performatividade* nos círculos feministas e de teoria *queer*. E, enquanto Andrew Pickering é um dos poucos acadêmicos dos *science studies* a reivindicar a propriedade desse termo, há por certo uma compreensão de que teóricos dos *science studies*, tais como Donna Haraway, Bruno Latour e Joseph Rouse, também propõem um entendimento performativo da natureza das práticas científicas¹². De fato, a performatividade se tornou um termo onipresente nos estudos literários, nos estudos teatrais e na nascente área interdisciplinar dos estudos da performance, motivando o questionamento se todas as performances seriam performativas¹³. Neste artigo, apresento

11 A sedução do representacionismo pode fazer com que seja difícil imaginar alternativas. Eu discuto opções performativas mais adiante, mas estas não são as únicas. Nesta conjuntura, um exemplo histórico concreto pode ajudar. Foucault pontua que na Europa do século dezesseis, a linguagem não era pensada como *medium*; antes, era simplesmente “uma das figuras do mundo” (1970, p. 56; na edição brasileira: 1999, 8a. ed., p. 77, N. da T.), uma ideia que reverbera de forma modificada na elaboração pós-humanista que desenvolvo.

12 Andrew Pickering (1995) evita explicitamente o idioma representacionista em favor de um idioma performativo. É importante observar, entretanto, que a noção de Pickering de performatividade não seria reconhecível como tal pelos pós-estruturalistas, apesar de compartilharem o abraço à performatividade como cura do representacionismo; apesar de compartilharem a rejeição ao humanismo. A apropriação do termo por Pickering não inclui qualquer reconhecimento politicamente relevante de sua genealogia — de modo indiscutível inerentemente *queer* (ver Sedgwick, 1993) — ou dos motivos pelos quais ele foi e continua sendo importante para os teóricos críticos contemporâneos, especialmente para os acadêmicos/ativistas dos estudos feministas e *queer*. Junto com muitos de seus insights cruciais, ele, de fato, abandona a importante historicidade política do termo. Pickering ignora em particular dimensões discursivas importantes, inclusive questões de sentido, de inteligibilidade, de significância, de formação de identidade e de poder, que são centrais às invocações pós-estruturalistas da “performatividade”. Ele passa ainda despercebido pela noção humanista de agência, problematizada pelos pós-estruturalistas, como uma *propriedade* de entidades individuais (tal como os humanos, mas também os sistemas climáticos, as vieiras, os estereos). Por outro lado, abordagens pós-estruturalistas falham em levar em conta a agência “não humana”, que é central à abordagem de Pickering. Para uma discussão mais detalhada, ver Barad (2007).

13 A noção de performatividade tem uma ilustre carreira na filosofia como muitos destes múltiplos e variados engajamentos reconhecem. A linguagem performativa geralmente é remetida ao interesse do filósofo britânico J. L. Austin por atos de fala, particularmente

uma noção especificamente pós-humanista de performatividade — uma que incorpora importantes fatores materiais e discursivos, sociais e científicos, humanos e não humanos, naturais e culturais.

Uma abordagem pós-humanista coloca em questão a imediatidade¹⁴ das categorias diferenciais de “humano” e “não humano”, ao examinar as práticas através das quais essas fronteiras diferenciais são estabilizadas e desestabilizadas¹⁵. A obra acadêmica de Donna Haraway — dos primatas aos ciborgues a espécies semelhantes — condensa esse ponto.

Se a performatividade não tem relação exclusiva com a formação do sujeito, mas também com a produção da matéria dos corpos, tal como sugerem as noções de “materialização” em Butler e de “refiguração materializada” em Haraway, então é ainda mais importante que compreendamos a natureza dessa produção¹⁶. A analítica do poder de Foucault associa a materialidade do corpo às práticas discursivas. Sua perspectiva, entretanto, é refreada por alguns fatores importantes que limitam severamente o potencial de sua análise e a elaboração performativa de Butler, impedindo desse modo um entendimento de *como* precisamente práticas discursivas produzem corpos materiais.

Se Foucault, ao *queerificar*¹⁷ Marx, posiciona o corpo como *locus* das forças produtivas, o local em que a organização em larga escala do poder liga-se com as práticas locais, então qualquer teoria robusta da materialização dos corpos, assim parece, deveria necessariamente levar em conta *como a materialidade do corpo* — por exemplo, sua anatomia e fisiologia — e outras forças materiais importam ativamente ao processo de materialização. De fato, como Foucault deixa muito claro no último capítulo do volume um de *História da Sexualidade*¹⁸, ele não está lá para negar a relevância do corpo físico, mas, ao contrário, para

mostrar de que modo se articulam dispositivos, de poder diretamente ao corpo a corpo, a funções,

pela relação entre dizer e fazer. Jacques Derrida é comumente mencionado a seguir, oferecendo relevantes revisões pós-estruturalistas. Butler elabora a noção de performatividade de Derrida através da compreensão de Foucault dos efeitos produtivos do poder regulatório na teorização performativa da noção de identidade. Butler introduz a noção de performatividade de gênero em *Gender Trouble* (2015, 8a edição brasileira, N. da T.), onde propõe que entendamos o gênero não como uma coisa ou um conjunto de atributos flutuantes, não como uma essência — mas, antes, como um “fazer”: “o próprio gênero é uma espécie de devir ou atividade, e não deve ser concebido como substantivo, como coisa substantiva [...], mas antes como uma ação incessante e repetida de algum tipo” (1990, p. 112; na edição brasileira: 2015, 8a ed., p. 163). Em *Bodies that matter* (1993), Butler defende um vínculo entre performatividade de gênero e a materialização de corpos sexuados. Eve Kosofski Sedgwick (1993) argumenta que a genealogia da performatividade é inerentemente *queer*.

14 N. da T.: *Givenness*, sem hífen, no original. Observar nota 48.

15 Esta noção de pós-humanismo difere da designação idiossincrática de Pickering de um “espaço pós-humanista [como] um espaço no qual ainda estão os agentes humanos, mas agora inextricavelmente enredados com os não humanos, não mais dando as ordens do centro da ação” (p. 26). No entanto, o descentramento do humano é não obstante um elemento do pós-humanismo. Notar que a noção de “enredamento” de Pickering é explicitamente epistemológica, não ontológica. O que está em questão para ele ao apelidar sua abordagem de “pós-humanista” é o fato de ela ser atenta ao ajuste mútuo, ou responsividade, de agentes humanos e não humanos.

16 Pode-se argumentar que uma “refiguração materializada/material” é uma versão “corporativizada” (termo de Haraway) da “materialização”, enquanto que a noção de “materialização” sugere uma abordagem mais rica da primeira. De fato, é possível compreender a minha visão performativa pós-humanista ao longo dessas linhas, como uma elaboração difrativa dos insights mais importantes de Butler e Haraway.

17 N. da T.: *Queering*, no original.

18 N. da T.: Edição brasileira: FOUCAULT, 1988.

a processos fisiológicos, sensações, prazeres; longe do corpo ter de ser apagado, trata-se de fazê-lo aparecer numa análise em que o biológico e o histórico não constituam sequência [...] mas se liguem de acordo com uma complexidade crescente à medida em que se desenvolvam as tecnologias modernas de poder que tomam por alvo a vida. Não uma “história das mentalidades”, portanto, que só leve em conta os corpos pela maneira como foram percebidos ou receberam sentido e valor; mas “história dos corpos” e da maneira como se investiu sobre o que neles há de mais material, de mais vivo. (1980a, 151-52; edição brasileira: 1988, p. 142)

ddd

Por outro lado, Foucault não nos conta de que maneira o biológico e o histórico são “ligados”, já que um não é consecutivo ao outro. O que há com a materialidade dos corpos que a faz suscetível ao operar simultâneo das forças biológicas e históricas? A que nível a matéria dos corpos possui a sua própria historicidade? Seriam as forças sociais as únicas suscetíveis à mudança? As forças biológicas não seriam de algum modo desde sempre históricas? Não seria o caso de que, em algum sentido decisivo, as forças históricas seriam desde sempre biológicas? O que significaria sequer fazer tal pergunta, dado o robusto construtivismo social subcorrente em certos círculos interdisciplinares no começo do século XXI? Por toda a ênfase de Foucault na anatomia política do poder disciplinar, ele também falha em tratar da historicidade do corpo na qual a sua própria materialidade desempenhe um papel *ativo* nos trabalhos do poder. Essa implícita reificação da passividade da matéria é uma marca de elementos próprios ao representacionismo que assombram largamente a sua causa pós-representacionista¹⁹. Essa deficiência é essencialmente ligada à sua falha em teorizar a relação entre práticas “discursivas” e “não discursivas”. Como insiste Rosemary Henessey, teórica do feminismo materialista, em sua crítica a Foucault,

[...] uma rigorosa teoria materialista do corpo não pode deter-se na declaração de que o corpo é sempre discursivamente construído. Faz-se necessário também explicar como a construção discursiva do corpo se relaciona com práticas não discursivas de modo consideravelmente variável de uma formação social para outra (HENESSEY, 1993, p. 46).

Para se entender os mecanismos do poder, é crucial um entendimento da natureza do poder na sua total materialidade. Restringir a produtividade do poder, por exemplo, ao restrito domínio do “social” ou figurar a matéria meramente como um produto final, em vez de um fator ativo de futuras materializações, é subtrair da matéria a sua capacidade total. De que modo poderíamos entender não somente como os contornos corporais humanos são constituídos através de processos psíquicos, mas como até mesmo os próprios átomos que compõem o corpo biológico passam a importar e, mais genericamente, como a matéria torna-se sensível? É difícil imaginar como forças psíquicas e socio-históricas poderiam por si só dar conta da produção da matéria.

19 Ver também Butler (1989).

É certamente o caso — mesmo quando o foco restringe-se à materialidade de corpos “humanos” — de que há forças “naturais”, não somente “sociais”, que importam/chegam à matéria²⁰. De fato, há um conjunto de forças material-discursivas — inclusive as que são identificadas como “sociais”, “culturais”, “psíquicas”, “econômicas”, “naturais”, “físicas”, “biológicas”, “geopolíticas”, e “geológicas” — que podem ser importantes para determinados processos (emaranhados) de materialização. Se seguirmos os hábitos disciplinares de remeter causas disciplinarmente definidas aos seus disciplinarmente definidos efeitos correspondentes, perderemos todas as intra-ações cruciais entre essas forças que surgem em face de qualquer conjunto específico de interesses disciplinares²¹.

Faz-se necessária uma robusta conta da materialização de todos os corpos — “humanos” e “não humanos” — e das práticas material-discursivas através das quais suas constituições diferenciais são marcadas. Isso requisitará uma compreensão da natureza da relação entre práticas discursivas e fenômenos materiais, uma consideração das formas de agência “não humanas” bem como “humanas”, e um entendimento da precisa natureza causal das práticas produtivas que leve em conta de modo integral a implicação da matéria em sua própria e contínua historicidade. Minha contribuição para o desenvolvimento de tal compreensão se baseia num juízo filosófico que tenho chamado de “realismo agencial”. O realismo agencial é um conjunto de práticas tecnocientíficas e outras que levam a sério visões feministas, anti-racistas, pós-estruturalistas, *queer*, marxistas, dos *science studies* e científicas, erigindo-se a partir das visões de Niels Bohr, Judith Butler, Michel Foucault, Donna Haraway, Vicki Kirby, Joseph Rouse e outros²². Obviamente não seria possível explicitar todas essas ideias na íntegra aqui. Meu objetivo mais restrito neste artigo é utilizar a noção de performatividade como uma grade difrativa para a leitura de insights importantes provenientes do feminismo e dos estudos *queer* e dos *science studies*, umas através das outras, ao mesmo tempo propondo um retrabalhar materialista e pós-humanista da noção de performatividade. Isso implica um retrabalho das noções familiares de práticas discursivas, materialização, agência e causalidade, entre outras.

Começo por lançar um desafio direto aos alicerces metafísicos do representacionismo, propondo, como alternativa, uma ontologia realista agencial. Na seção a seguir, ofereço uma reformulação performativa pós-humanista da noção de práticas discursivas e de materialidade e teorizo acerca de uma relação causal específica entre elas. Na seção final, discuto os conceitos realistas agenciais de causalidade e agência, vitais ao entendimento da natureza produtiva das práticas material-discursivas, incluindo as da tecnociência.

20 N. da T.: Em inglês, “come to matter”: para manter o relevante duplo sentido da palavra “matter” neste trecho do original, optamos por deixar conviverem no corpo do texto os dois sentidos da palavra no português.

21 O termo conjuntivo *material-discursivo* e outros termos realistas agenciais, como *intra-ação*, serão definidos a seguir.

22 Este ensaio resume temas que desenvolvi em publicações anteriores (BARAD, 1996, 1998a, 1998b, 2001b) e em meu próximo livro (BARAD, 2007).

Para uma metafísica performativa

“Enquanto nos atemos às coisas
e às palavras, podemos acreditar
que falamos do que vemos, que vemos aquilo
de que falamos e que os dois se encadeiam”.
Gilles Deleuze (1988, p. 65)²³

“‘As palavras e as coisas’ é o título — sério — de um problema”.
Michel Foucault (1972, p. 49)²⁴

O representacionismo separa o mundo em domínios ontologicamente desarticulados de palavras e coisas, criando o dilema da ligação entre eles para que o conhecimento seja possível. Se as palavras são desatadas do mundo material, como as representações ganham âncora? Se não acreditarmos mais que o mundo esteja cheio de semelhanças inerentes cujas assinaturas estão inscritas em sua superfície, coisas já brasonadas pelos signos, palavras à espreita tal como tantas pedrinhas na areia da praia à espera de serem descobertas, mas, em vez disso, que o sujeito de conhecimento estaria enredado em uma densa teia de representações, de forma tal que a mente não consegue ver seu caminho para os objetos, que agora estão para sempre fora de alcance e na qual a única coisa visível é o chato problema da captura humana pela linguagem, então fica claro que o representacionismo é prisioneiro da problemática metafísica que ele próprio postula. Como o frustrado pretendo corredor do paradoxo de Zenão, o representacionismo nunca parece tornar-se capaz de chegar perto de resolver o problema que apresenta porque é capturado pela impossibilidade de dar um passo para fora de seu ponto metafísico de partida. Talvez fosse melhor começar de um ponto diferente de partida, uma metafísica diferente²⁵.

A *coisificação*²⁶ — a transformação de relações em “coisas”, “entidades”, “*relata*” — infecta muito do modo pelo qual entendemos o mundo e nossa relação com ele²⁷. Por que pensamos que a existência de relações exige *relata*? Será que o persistente descrédito na natureza, na materialidade, no corpo, que permeia boa parte da teorização contemporânea e uma considerável quantidade da história do pensamento ocidental, alimenta-se desta propensão cultural? Nesta seção, apresento uma ontologia relacional que rejeita a metafísica dos *relata*, de “palavras” e “coisas”. Com

23 N. da T.: Edição brasileira: DELEUZE, 1988, p. 74.

24 N. da T.: Edição brasileira: FOUCAULT, 1987, p. 56.

25 Não é segredo que a *metafísica* é um termo que sofreu de infâmia durante a maior parte do século vinte. Este legado positivista vive mesmo no coração de seus detratores. Os pós-estruturalistas são simplesmente os novos signatários de sua sentença de morte. Contudo, por mais forte que seja a aversão de alguém à metafísica, esta não cumprirá nenhuma sentença de morte, e assim será ignorada para o próprio perigo deste alguém. Por certo, novas pesquisas de uma “metafísica experimental” têm acontecido em laboratórios de física nos Estados Unidos e no exterior, questionando a crença comum de que existe uma fronteira inerente entre o “físico” e o “metafísico” (BARAD, 2007). Este fato não deveria ser tão surpreendente àqueles de nós que se lembram que o termo metafísica não tem origens eruditas na história da filosofia, mas originalmente referia-se aos escritos de Aristóteles que, na organização feita por Andronicus de Rhodes mais ou menos três séculos depois da morte do filósofo, vinham depois dos escritos sobre a física.

26 N. da T.: *Thingification*, no original.

27 Os *relata* são componentes supostos de antecederem as relações. De acordo com o atomismo metafísico, *relata* individuais sempre preexistem a quaisquer relações que possa haver entre eles.

uma abordagem realista agencial, volta a ser possível reconhecer a natureza, o corpo e a materialidade na totalidade de seus devires sem recorrer à ótica da transparência ou da opacidade, às geometrias da absoluta exterioridade ou da interioridade, e tampouco à teorização do humano, seja como pura causa ou puro efeito, ao mesmo tempo permanecendo resolutamente responsável por todo o papel que “nós” desempenhamos nas práticas entrelaçadas de conhecimento e devir.

A postulação de entidades individualmente determinadas é a marca da metafísica atomista. O atomismo vem de Demócrito²⁸. De acordo com Demócrito, as propriedades de todas as coisas derivam das propriedades da unidade mínima — o átomo (o “indivisível” ou “inseparável”). Teorias sociais liberais e teorias científicas, de modo aparentado, devem muito à ideia de que o mundo é composto de indivíduos com propriedades separadamente imputáveis. Uma intrincada rede de práticas científicas, sociais, éticas e políticas, e o nosso entendimento delas, depende das variadas/diferenciadas repetições deste pressuposto. Muito está em jogo ao contestar a sua aparente inevitabilidade.

O físico Niels Bohr ganhou o prêmio Nobel por seu modelo quântico do átomo, marca do início de sua contribuição seminal para o desenvolvimento da teoria quântica²⁹. A filosofia-física de Bohr (as duas eram inseparáveis para ele) propõe um desafio radical não apenas à física newtoniana, mas também à epistemologia cartesiana e sua estrutura representacionista triádica de palavras, conhecedores e coisas. Decisivamente, numa reversão espetacular do esquema de sua ascendência intelectual, Bohr rejeita a metafísica atomista que toma as “coisas” como entidades ontologicamente básicas. Para Bohr, coisas não têm fronteiras ou propriedades inerentemente determinadas, e palavras não têm significados inerentemente determinados. Bohr também coloca em questão a correlacionada crença cartesiana na distinção inerente de sujeito e objeto, e de conhecedor e conhecido.

Pode-se dizer que o enquadramento epistemológico desenvolvido por Bohr rejeita tanto a transparência da linguagem, quanto a transparência da medição. Entretanto, ainda mais fundamentalmente, ele rejeita a pressuposição de que a linguagem e a medição desempenham funções de mediação. A linguagem não representa estados de coisas, e as medições não representam estados do ser independentes da medição. Bohr desenvolve a sua moldura epistemológica sem ceder à desesperança do niilismo ou à apertada teia do relativismo. Com brilhantismo e requinte, Bohr encontra um caminho para perseverar na possibilidade do conhecimento objetivo enquanto as grandes estruturas da física newtoniana e do representacionismo começam a ruir.

28 Diz-se que o atomismo surgiu com Leucipo, tendo sido posteriormente elaborado por Demócrito, devoto da democracia, que também explorou as suas implicações éticas e antropológicas. A teoria atômica de Demócrito é frequentemente identificada como a mais madura das filosofias pré-socráticas, tendo influenciado diretamente Platão e Epicuro que a transmitiram ao início da era moderna. A teoria atômica também é tida como responsável por assentar a pedra fundamental da ciência moderna.

29 Niels Bohr (1885-1962), contemporâneo de Einstein, foi um dos fundadores da física quântica cuja versão da teoria quântica, a mais amplamente aceita, atende pelo nome de *interpretação de Copenhaga* (seguindo o instituto de física de Bohr aclamado internacionalmente que leva seu nome). Em minha leitura de sua filosofia-física, Bohr pode ser entendido propondo uma abordagem protoperformativa das práticas científicas.

O rompimento de Bohr com Newton, Descartes e Demócrito não se baseia em “mera reflexão filosófica indolente”, mas em novas descobertas empíricas no domínio da física atômica que vêm à luz durante o primeiro quarto do século XX. O esforço de Bohr para prover um entendimento teórico destas descobertas resultou em sua proposição radical da necessidade de todo um novo quadro epistemológico. Infelizmente, Bohr não explora dimensões ontológicas cruciais de seus insights, mas, antes, foca em sua importância epistemológica. Tenho explorado seus escritos por suas perspectivas ontológicas implícitas e as tenho elaborado no desenvolvimento de uma ontologia realista agencial. Nesta seção, apresento uma rápida panorâmica de importantes aspectos da abordagem de Bohr e sigo na explanação para uma ontologia realista agencial. Esta ontologia relacional é a base de minha proposta performativa pós-humanista da produção de corpos materiais. Tal abordagem rejeita a fixação representacionista em “palavras” e “coisas” e o problema de sua relacionalidade, defendendo, em vez disso, uma relação causal entre práticas excludentes específicas corporizadas como configurações materiais específicas do mundo (i.e., práticas discursivas/(con)figurações, mais que “palavras”) e fenômenos materiais específicos (i.e., relações, mais que “coisas”). Tal relação causal entre os dispositivos de produção corpórea e o fenômeno produzido é uma de “intra-ação agencial”. Detalhes, a seguir.

dsf

De acordo com Bohr, conceitos teóricos (por exemplo, “posição” e “momento linear”) não são ideacionais por caráter, mas, sim, *arranjos físicos específicos*³⁰. Por exemplo, a noção de “posição” não pode ser presumida como sendo um conceito abstrato definido, nem como atributo inerente de objetos que existem independentemente. Pelo contrário, “posição” só tem significado quando um rígido dispositivo com partes fixas é utilizado (por exemplo, quando uma régua é pregada a uma mesa fixa no laboratório, estabelecendo, deste modo, um parâmetro fixo de referência para especificar “posição”). Daí em diante, qualquer medição de “posição” utilizando esse dispositivo não pode ser atribuída a algum “objeto” abstrato que existe independentemente, mas é uma propriedade do fenômeno — a inseparabilidade entre “objeto observado” e “agências de observação”. De modo análogo, “momento linear” só é significativo como um arranjo material envolvendo partes móveis. Consequentemente, a indeterminação simultânea de “posição” e “momento linear” (o que é comumente referido como princípio da incerteza de Heisenberg) é uma simples questão de exclusão material dos arranjos de “posição” e “momento linear” (um exigindo partes fixas e o outro exigindo partes móveis)³¹.

df

Assim, de acordo com Bohr, a unidade epistemológica primeira não é de objetos independentes com fronteiras e propriedades inerentes, mas, sim, de fenômenos. Em minha elaboração realista agencial, os fenômenos não marcam apenas a

30 Bohr argumenta, com base neste insight decisivo, junto com a descoberta empírica de uma descontinuidade inerente na medição “intra-ações”, que se deve rejeitar a suposta separabilidade inerente entre observador e observado, entre conhecedor e conhecido.

31 O assim chamado princípio da incerteza na física quântica não é de modo algum uma questão de “incerteza”, mas de indeterminação. (ver BARAD, 1995, 1966, 2007).

inseparabilidade epistemológica entre “observador” e “observado”; antes, *fenômenos são a inseparabilidade ontológica de “componentes” agencialmente intra-ativos*. Ou seja, fenômenos são relações ontologicamente primitivas — relações sem *relata* pré-existentes³². A noção de *intra-ação* (em contraste com a usual “interação”, que presume a existência anterior de entidades independentes/*relata*) representa uma profunda mudança conceitual. É através de intra-ações agenciais específicas que as fronteiras e as propriedades dos “componentes” dos fenômenos tornam-se determinadas e que particulares conceitos corporizados adquirem significado. Uma intra-ação específica (envolvendo uma configuração material específica do “dispositivo de observação”) opera um *corte agencial* (em contraste com o corte cartesiano — com sua distinção inerente — entre sujeito e objeto) efetuando a separação entre “sujeito” e “objeto”. Isto é, o corte agencial opera uma resolução *local* da indeterminação ontológica *dentro do fenômeno*. Em outras palavras, *relata não preexistem às relações; antes, relata-intra-fenômenos*³³ emergem através de intra-ações específicas. Fundamentalmente, então, intra-ações operam a *separabilidade agencial* — a condição local de *exterioridade-intra-fenômenos*. A noção de separabilidade agencial é de fundamental importância, uma vez que, na ausência de uma condição ontológica clássica de exterioridade entre observador e observado, ela provê a condição de possibilidade da objetividade. Além disso, o corte agencial opera uma estrutura causal local entre “componentes” de um fenômeno quando faz a marcação das “agências de medição” (“efeito”) pelo “objeto medido” (“causa”). Consequentemente, *a noção de intra-ações constitui um retrabalhar da noção tradicional de causalidade*³⁴.

Em minha elaboração dessa ontologia realista agencial a seguir, meu argumento é de que os fenômenos não são mero resultado de exercícios de laboratório projetados por sujeitos humanos. Nem os dispositivos que produzem fenômenos podem ser

Fenômenos não se dão na ordem da representação. São relações sem relata representativo.

32 Isto é, relações não são secundariamente derivadas de “relata” existentes independentemente, mas é a mútua dependência ontológica dos “relata” — a relação — o primitivo ontológico. Como será discutido adiante, relata só existem intra-fenômeno, como um resultado de intra-ações específicas (i.e., não existem quaisquer relata independentes, somente relata-intra-relações).

33 N. da T.: *Within*, no original. Decidimos traduzir todas as ocorrências de “within” nas expressões compostas, por “intra”.

34 Um exemplo concreto pode ajudar. Quando a luz passa através de uma grade de difração de dupla fenda e forma um padrão difrativo, diz-se que apresenta um comportamento ondulatório. Mas há evidências também de que a luz apresente características corpusculares, chamadas de *fótons*. Se alguém quisesse testar esta hipótese, o dispositivo de difração poderia ser modificado de modo a permitir determinar através de qual fenda passa um dado fóton (uma vez que as partículas só passam através de uma fenda a cada vez). O resultado da execução deste experimento é que o padrão difrativo é destruído! Classicamente, estes dois resultados juntos parecem contraditórios — frustrando esforços para especificar uma verdadeira natureza ontológica da luz. Bohr resolve este paradoxo da dualidade onda-partícula (ou dualidade matéria-energia, N. da T.), assim: o referente objetivo não é qualquer entidade abstrata independentemente existente, mas o fenômeno da luz intra-agindo com o dispositivo. O primeiro dispositivo dá determinado significado à noção de “onda”, enquanto o segundo dá determinado significado à noção de partícula. As noções de “onda” e de “partícula” não se referem a características inerentes de um objeto que precede sua intra-ação. *Não há tais objetos existindo independentemente com características inerentes*. Os dois aparatos diferentes efetuam cortes diferentes, isto é, desenham diferentes distinções delineando o “objeto medido” em relação ao “instrumento de medição”. Em outras palavras, eles diferem em suas resoluções materiais locais de indeterminação ontológica inerente. Não há conflito porque os dois resultados diferentes marcam diferentes intra-ações. Para mais detalhes, ver Barad (1996, 2007).

entendidos como equipamentos de observação ou meros instrumentos de laboratório. Embora as restrições de espaço não permitam uma discussão aprofundada sobre o entendimento realista agencial da natureza dos dispositivos, uma vez que os dispositivos desempenham um papel crucial e constitutivo na produção de fenômenos, apresento um panorama geral da teorização realista agencial dos dispositivos antes de seguir para o questionamento da natureza dos fenômenos. Para além dessas implicações específicas, a elaboração proposta permite uma exploração das implicações da ontologia realista agencial no entendimento da natureza de práticas científicas. De fato, o realismo agencial oferece uma compreensão da natureza das práticas material-discursivas, tais como aquelas práticas mesmas através das quais diferentes distinções são delineadas, incluindo as distinções entre o “social” e o “científico”³⁵.

Dispositivos não são aparelhos de inscrição, instrumentos científicos alojados antes de a ação acontecer, ou máquinas que mediam a dialética de resistência e acomodação. Não são também sondas neutras do mundo natural, nem estruturas que impõem deterministicamente algum resultado particular. Em minha elaboração dos insights de Bohr, feita a seguir, dispositivos não são meros mecanismos estáticos no mundo, dispositivos são (re)configurações dinâmicas do mundo, práticas agenciais específicas/intra-ações/performances pelas quais fronteiras excludentes específicas são operadas. Dispositivos não possuem nenhuma fronteira “exterior” inerente. A indeterminação da fronteira “exterior” representa a impossibilidade de encerramento — a intra-atividade contínua no reconfigurar iterativo do dispositivo de produção corpórea. Dispositivos são práticas em aberto.

Os próprios dispositivos são, sobretudo, fenômenos. Como cientistas sabem muito bem, dispositivos não são objetos pré-formados, intercambiáveis, colocados no alto de uma prateleira e esperando para servir a um propósito específico. Os dispositivos são constituídos através de determinadas práticas que estão perpetuamente abertas a rearranjos, rearticulações, e outros retrabalhados. Essa é parte da criatividade e da dificuldade de se fazer ciência: fazer a instrumentação trabalhar de um determinado modo para um determinado propósito (que esteja sempre aberto à possibilidade de ser modificado durante o experimento à medida que insights diferentes vão sendo obtidos.). Além disso, qualquer dispositivo sempre se encontra em processo de intra-ação com outros dispositivos, e o envolvimento de fenômenos localmente estabilizados em repetições subsequentes de determinadas práticas (fenômenos que podem ser trocados entre laboratórios, culturas ou espaços geopolíticos diferentes somente para se encontrarem materializando-se diferentemente) constituem mudanças importantes no dispositivo em questão e, por conseguinte, na natureza das intra-ações que resultam na produção de novos fenômenos, e assim sucessivamente. Fronteiras não param quietas.

Com esse pano de fundo, podemos voltar então à questão da natureza dos fenômenos. Os fenômenos são produzidos através

35 Esta elaboração não se baseia em uma extrapolação analógica. Antes, argumento que tais restrições antropocêntricas às investigações laboratoriais não se justificam e, de fato, desafiam a lógica dos próprios insights de Bohr (BARAD, 2007).

de intra-ações agenciais de múltiplos dispositivos de produção corpórea. Intra-ações agenciais são operações causais materiais específicas que podem ou não envolver “humanos”. De fato, é através de tais práticas que são constituídas as fronteiras diferenciais entre “humanos” e “não humanos”, “cultura” e “natureza”, o “social” e o “científico”. Os fenômenos são constitutivos da realidade. A realidade não é composta de coisas-*in-si*³⁶, nem de coisas-por-trás-de-fenômenos, mas de “coisas”-*in-fenômenos*³⁷. O mundo é intra-atividade em sua *materiação*³⁸ diferencial. É através de intra-ações específicas que um sentido diferencial de ser é operado no contínuo fluxo e refluxo da agência. Ou seja, é através de intra-ações específicas que os fenômenos chegam à matéria — nos dois sentidos da palavra³⁹. O mundo é um processo dinâmico de intra-atividade na reconfiguração contínua de estruturas causais localmente determinadas com fronteiras, propriedades, sentidos e padrões determinados de marcação nos corpos. Esse contínuo fluxo de agência através do qual “parte” do mundo faz-se diferencialmente inteligível à outra “parte” do mundo e através do qual estruturas causais locais, fronteiras e propriedades são estabilizadas e desestabilizadas não têm lugar no espaço e no tempo, mas no fazer do próprio espaço-tempo. O mundo é um processo aberto contínuo de *materiação* através do qual a própria “*materiação*” adquire significado e forma na realização de diferentes possibilidades agenciais. Temporalidade e espacialidade emergem na historicidade processual. Relações de exterioridade, conectividade e exclusão são reconfiguradas. As topologias variáveis do mundo implicam um contínuo retrabalhar da própria natureza da dinâmica.

Em resumo, o universo é intra-atividade agencial em seu devir. As unidades ontológicas primárias não são “coisas”, mas fenômenos — reconfigurações/enredamentos/relacionalidades/(re)articulações. E as unidades semânticas primárias não são “palavras”, mas práticas material-discursivas através das quais as fronteiras são constituídas. Esse dinamismo é agência. A agência não é um atributo, mas o contínuo reconfigurar do mundo. Com base nessa metafísica performativa, proponho na próxima seção uma refiguração pós-humanista da natureza da materialidade, da discursividade e da relação entre elas, e uma definição pós-humanista de performatividade.

36 N. da T.: O mesmo que coisas-em-si. Decidimos deixar o “in” na tradução por seu paralelo no latim e pelo jogo estabelecido pela autora entre este termo (*things-in-themselves*) e “*things*”-*in-phenomena* que aparece logo a seguir.

37 Porque os fenômenos constituem os primitivos ontológicos, não há qualquer sentido em falar de coisas existindo separadamente de algum modo por detrás ou como causas dos fenômenos. Em essência, não há nenhum nômene, apenas fenômeno. Os fenômenos realistas agenciais não são nem os fenômenos kantianos, nem os fenômenos fenomenológicos.

38 N. da T.: *Mattering*, no original. Grifo da tradução.

39 N. da T.: Precisamente o duplo sentido entre “importar” e o que poderia ser vertido para o neologismo “materiar” do português.

Uma definição pós-humanista de práticas material-discursivas

Práticas discursivas são frequentemente confundidas com expressão linguística, e a significação é frequentemente tomada como uma propriedade das palavras. Consequentemente, as práticas discursivas e os significados são referidos como sendo fenômenos peculiarmente humanos. Mas, se isso fosse verdade, como seria possível considerar as práticas delimitadoras de fronteiras pelas quais opera a constituição diferencial de “humanos” e “não humanos”? Não haveria problema se entendêssemos a questão da constituição em termos puramente epistêmicos, mas ela é inteiramente insatisfatória quando questões de ontologia vêm à mesa. Se “humanos” refere-se a fenômenos, e não a entidades independentes com propriedades inerentes, mas a seres em seu devir diferencial, as (re)configurações materiais particulares do mundo com fronteiras e propriedades inconstantes, que se estabilizam e desestabilizam junto com mudanças materiais específicas no que significa ser humano, então a noção de discursividade não pode ser fundamentada numa distinção inerente entre humanos e não humanos. Nesta seção, proponho uma abordagem pós-humanista das práticas discursivas. Esboço também uma reformulação da noção de materialidade e sugiro uma aproximação realista agencial ao entendimento da relação entre práticas discursivas e fenômenos materiais.

O significado não é uma propriedade de palavras isoladas ou de grupos de palavras. O significado nem é intralinguisticamente atribuído nem extralinguisticamente referenciado. A condição semântica dos conteúdos não é alcançada através de pensamentos ou performances de agentes individuais, mas através de determinadas práticas discursivas. Com a inspiração das visões de Bohr, seria tentador também adicionar os seguintes pontos realistas agenciais: o significado não é ideacional, mas, sim, (re)configurações materiais específicas do mundo; e a indeterminação semântica, do mesmo modo como a indeterminação ontológica, só é resolvida localmente através de intra-ações específicas. Mas, antes de prosseguir, provavelmente valha a pena tirar um instante para dissipar alguns equívocos sobre a natureza das práticas discursivas.

Discurso não é um sinônimo para linguagem⁴⁰. Discurso não se refere a sistemas linguísticos ou de significação, gramáticas, atos de fala, ou conversações. Pensar sobre o discurso como meras palavras faladas ou escritas, compondo declarações descritivas, é operar no equívoco do pensamento representacionista. Discurso não é o que é dito; é o que limita e possibilita o que pode ser dito. As práticas discursivas definem o que conta como declarações significativas. As afirmações não são meras declarações da consciência emissora de um sujeito unificado; antes, afirmações e sujeitos emergem de um campo de possibilidades. Esse campo de possibilidades não é estático ou singular, mas uma multiplicidade dinâmica e contingente.

40 Estou interessada aqui na noção Foucaultiana de discurso (práticas discursivas), não em abordagens formalistas e empíricas decorrentes da linguística anglo-americana, da sociolinguística e da sociologia.

De acordo com Foucault, práticas discursivas são condições materiais sócio-históricas locais que possibilitam e limitam práticas disciplinares de conhecimento tais como a fala, a escrita, o pensamento, o cálculo, a medição, a filtragem e a concentração. Práticas discursivas produzem, mais que meramente descrevem, os “sujeitos” e os “objetos” das práticas de conhecimento. Na exposição de Foucault, tais “condições” são imanentes e históricas mais que transcendentais ou fenomenológicas. Ou seja, elas não são condições no sentido de leis transcendentais, a-históricas, interculturais, leis abstratas definindo as possibilidades de experiência (Kant); antes são condições sociais reais historicamente situadas.

A definição de práticas discursivas de Foucault possui algumas ressonâncias provocativas (e algumas dissonâncias profícuas) com a noção de Bohr de dispositivos e do papel que estes desempenham na produção material de corpos e significados. Para Bohr, dispositivos são determinados arranjos físicos que dão sentido a certos conceitos à exclusão de outros; eles são condições físicas locais que possibilitam e limitam práticas de conhecimento como as de conceituação e de medição; eles são produtores dos (e parte dos) fenômenos produzidos; eles operam um corte local que produz “objetos” de determinadas práticas de conhecimento dentro de determinados fenômenos produzidos. Com base neste profundo insight de que “conceitos” (que são arranjos físicos reais) e “coisas” não têm fronteiras, propriedades, ou significados determinados para além de suas mútuas intra-ações, Bohr oferece uma nova moldura epistemológica que coloca em questão os dualismos de objeto/sujeito, conhecedor/conhecido, natureza/cultura, e palavra/mundo⁴¹.

A visão de Bohr de que conceitos não são ideacionais, mas arranjos físicos reais é claramente uma insistência na materialidade da significação fazendo com que ela vá além do que é geralmente dito pelo refrão contemporâneo tantas vezes ouvido de que a escrita e a fala são práticas materiais. Bohr não está nem meramente reivindicando que o discurso seja “suportado” ou “sustentado” pelas práticas materiais, como Foucault parece sugerir (apesar de a natureza desse “suporte” não ser especificada), nem que práticas não discursivas (de fundo) determinem práticas discursivas, como professam alguns filósofos pragmático-existenciais⁴². Melhor, o apontamento de Bohr implica uma relação muito mais íntima entre conceitos e materialidade. Para entender melhor a natureza dessa relação, é importante mudar o foco de conceitos linguísticos para práticas discursivas.

Em uma elaboração realista agencial da moldura teórica de Bohr, dispositivos não são arranjos estáticos no mundo que dão

41 N. da T.: Aqui novamente o (importante) trocadilho *word/world* impossível de ser vertido como tal ao português.

42 Foucault faz uma distinção entre práticas “discursivas” e “não discursivas”, na qual a segunda categoria é reduzida a práticas sociais institucionais: “Geralmente se chama instituição todo comportamento mais ou menos coercitivo, aprendido. Tudo que em uma sociedade funciona como sistema de coerção, sem ser um enunciado, ou seja, *todo o social não discursivo é uma instituição*.” (1980b, p. 197-198; grifos da autora). (Edição brasileira: FOUCAULT, 2012, 25a edição, p. 368, N. da T.). Esta demarcação específica da ciência social não é particularmente esclarecedora no caso da abordagem pós-humanista do realismo agencial, que não se limita ao reino do social. De fato, não faz nenhum sentido falar-se do “não discursivo” a não ser que se esteja querendo descartar a noção de causalidade de sua concepção intra-ativa.

corpo a determinados conceitos à exclusão de outros; antes, dispositivos são práticas materiais específicas pelas quais determinações semânticas e ontológicas são intra-ativamente operadas. Isto é, dispositivos são práticas excludentes de materialização pelas quais inteligibilidade e materialidade são constituídas. Os dispositivos são práticas discursivas/(re)configurativas materiais que produzem fenômenos materiais em seus devires discursivamente diferenciados. Um fenômeno é uma relacionalidade dinâmica localmente determinada em sua matéria e significado reciprocamente determinados (dentro de um fenômeno particular) através de intra-ações causais específicas. Fora de determinadas intra-ações agenciais, “palavras” e “coisas” são indeterminadas. Então, as noções de materialidade e discursividade têm que ser retrabalhadas de modo que admitam sua mútua implicação. Em particular, em uma abordagem realista agencial, materialidade e práticas discursivas são repensadas em termos de intra-atividade.

Em uma elaboração realista agencial, *as práticas discursivas são (re)configurações materiais específicas do mundo pelas quais determinações locais de fronteiras, propriedades e significados são diferencialmente operadas. Ou seja, práticas discursivas são intra-ações agenciais contínuas do mundo pelas quais a determinação local é operada dentro dos fenômenos produzidos. Práticas discursivas são intra-ações causais* — elas operam estruturas causais locais pelas quais um “componente” (o “efeito”) do fenômeno é marcado por outro “componente” (a “causa”) em sua articulação diferencial. O significado não é uma propriedade de palavras isoladas ou de grupos de palavras, mas uma contínua performance do mundo em sua inteligibilidade diferencial. Em sua intra-atividade causal, “parte” do mundo torna-se determinadamente vinculada e apropriada em sua inteligibilidade emergente à outra “parte” do mundo. Práticas discursivas são práticas delimitadoras de fronteiras que não têm nenhuma finalidade na dinâmica contínua de intra-atividade agencial.

Práticas discursivas não são atos de fala, representações linguísticas, ou mesmo performances linguísticas, carregando alguma relação não especificada às práticas materiais. Práticas discursivas não são pré-moldados antropomórficos reservados para a suposta agência de sujeitos, cultura ou linguagem individuais. De fato elas não são práticas humano-baseadas. Pelo contrário, a noção pós-humanista de práticas discursivas do realismo agencial não fixa a fronteira entre “humano” e “não humano” antes de começada a análise, mas possibilita (de fato, demanda) uma análise genealógica da emergência discursiva do “humano”. “Corpos humanos” e “sujeitos humanos” não preexistem como tais; nem são meros produtos finais. “Humanos” não são nem pura causa nem puro efeito, mas parte do mundo em seu devir em aberto.

Matéria, assim como significado, não é uma entidade estática ou individualmente articulada. Matéria não é pequenas porções de natureza, uma tábula rasa, superfície ou espaço em branco passivamente aguardando a significação; nem é um chão incontestado para teorias científicas, feministas ou marxistas. A matéria não é suporte, locação, referente ou fonte de viabilidade para o discurso. A matéria não é imutável ou passiva. Ela não

requer a marca de uma força externa como a cultura ou a história para completá-la. A matéria já é desde sempre uma historicidade em curso⁴³.

Em uma elaboração realista agencial, matéria não se refere a uma substância fixa; *matéria é substância em seu devir intra-ativo — não uma coisa, mas um fazer, um espessamento da agência. Matéria é um processo estabilizante e desestabilizante da intra-atividade iterativa*. Fenômenos — as menores unidades materiais (“átomos” relacionais) — chegam à matéria através desse processo de contínua intra-atividade. Isto é, *a matéria se refere à materialidade/materialização dos fenômenos*, não a uma propriedade fixa inerente de objetos independentemente existentes, como na física newtoniana (a realização moderna do sonho democriteano de átomos e vazio).

A matéria não é simplesmente “uma espécie de citacionalidade” (BUTLER, 1993, p. 15)⁴⁴, o efeito de superfície de corpos humanos, ou o produto final de atos linguísticos ou discursivos. A matéria restringe e exclui, e as dimensões materiais das práticas regulatórias são fatores importantes no processo de materialização. As dinâmicas de intra-atividade implicam a matéria como um “agente” ativo em sua contínua materialização.

As práticas delimitadoras de fronteiras, isto é, as práticas discursivas, estão inteiramente implicadas nas dinâmicas de intra-atividade pelas quais os fenômenos chegam à matéria. Em outras palavras, a materialidade é discursiva (i.e., os fenômenos materiais são inseparáveis dos dispositivos de produção corpórea: a matéria emerge da — e inclui como parte de seu ser a — contínua reconfiguração de fronteiras), do mesmo modo como as práticas discursivas são desde já materiais, i.e., elas são (re)configurações materiais contínuas do mundo. As práticas discursivas e os fenômenos materiais não permanecem em uma relação de externalidade uns ao outros; melhor, nas dinâmicas de intra-atividade, matéria e significado estão mutuamente implicados. Não são tampouco redutíveis um ao outro. A relação entre o material e o discursivo é de implicação recíproca. Também não são articulados/articuláveis na ausência do outro; matéria e significado são mutuamente articulados. Nem as práticas discursivas nem os fenômenos materiais são ontológica ou epistemologicamente prévios. Nenhum pode ser explicado em termos do outro. Nenhum tem status privilegiado para determinar o outro.

43 Em sua crítica ao construtivismo dentro da teoria feminista, Judith Butler apresenta uma noção de materialização que procura reconhecer estes pontos importantes. Reelaborar a noção de matéria como um processo de materialização traz à tona a importância de reconhecer a matéria em sua historicidade, e desafia diretamente a interpretação representacionista da matéria como um espaço em branco passivo esperando a inscrição ativa da cultura e, também, a localização representacionista da relação entre materialidade e discurso como de absoluta exterioridade. Infelizmente, entretanto, a teoria de Butler no final das contas reinscreve a matéria mais como um produto passivo das práticas discursivas do que como um agente ativo participante mesmo no processo de materialização. Esta deficiência é sintomática de uma avaliação incompleta de fatores causais importantes, e de uma reelaboração incompleta da “causalidade” no entendimento da natureza das práticas discursivas (e dos fenômenos materiais) em sua produtividade. Ademais, a teoria da materialidade de Butler limita-se a uma abordagem da materialização dos corpos humanos ou, mais precisamente, a uma construção dos contornos do corpo humano. A ontologia relacional do realismo agencial possibilita uma reelaboração da noção de materialização que reconheça a existência de importantes ligações entre práticas discursivas e fenômenos materiais sem as limitações antropocêntricas da teoria de Butler.

44 N. da T.: Edição brasileira: In LOURO (Org.), 2000, p. 164.

Os dispositivos de produção corpórea e os fenômenos que eles produzem são material-discursivos por natureza. *As práticas material-discursivas são operações iterativas — intra-ações agenciais — pelas quais a matéria é engajada e articulada diferencialmente (na emergência de fronteiras e de significados), reconfigurando o campo material-discursivo de possibilidades nas dinâmicas iterativas de intra-atividade que é a agência.* As intra-ações são operações não determinísticas, mas restritivas do ponto de vista causal, pelas quais a matéria-em-processo-de-devir é sedimentada e desdobrada em futuras materializações⁴⁵.

Condições materiais importam⁴⁶ não porque “suportam” determinados discursos que são fatores generativos reais na formação de corpos, mas porque a *matéria chega à matéria* através da intra-atividade do mundo em seu devir. O ponto não é tanto que haja fatores materiais relevantes em adição aos discursivos; a questão é a natureza material-discursiva conjunta de restrições, condições e práticas; o fato de que restrições e exclusões materiais e discursivas sejam pontos interligados à limitada validade de análises que tentem determinar efeitos individuais de fatores materiais ou discursivos⁴⁷. Além disso, a conceituação de materialidade oferecida pelo realismo agencial torna possível levar em conta novamente restrições e condições materiais sem reinscrever pressupostos empíricos concernentes à transparência ou à i-mediaticidade⁴⁸ do mundo, e sem cair no impasse analítico que simplesmente requisita um reconhecimento de nosso acesso mediado ao mundo de modo a encerrar o caso. Declarações onipresentes proclamando que a experiência ou o mundo material são “mediados” têm oferecido pouca orientação sobre como proceder. A noção de mediação há muito tempo impede uma abordagem mais eficaz do mundo empírico. A reconceituação da materialidade aqui apresentada torna possível levar o mundo empírico seriamente outra vez, mas desta vez com o entendimento de que o referente objetivo são os fenômenos, não a aparente “i-mediaticidade” do mundo.

Todos os corpos, não somente os corpos “humanos”, chegam à matéria através da intra-atividade iterativa do mundo — sua performatividade. Isso vale não somente para a superfície ou os contornos do corpo, mas também para o corpo em sua total fisicalidade, incluindo os próprios átomos de seu ser. Corpos não são objetos com fronteiras e propriedades inerentes; eles são fenômenos material-discursivos. Corpos “humanos” não são intrinsecamente diferentes dos “não humanos”. O que constitui o “humano” (e o “não humano”) não é uma noção fixa ou preconcebida, e nem é uma flutuante idealidade. O que está em questão não é um tipo de processo impreciso pelo qual práticas linguísticas humanamente fundamentadas (materialmente sustentadas de modo não especificado) tentam produzir corpos substanciais/substâncias corpóreas, mas uma dinâmica material de intra-atividade: dispositivos materiais produzem fenômenos materiais através de

45 A natureza das intra-ações causais é discutida mais à frente nesta seção.

46 N. da T.: *Material conditions matter*, no original.

47 Para exemplos, ver Barad (1998b, 2001a, 2001b, 2007).

48 N. da T.: *Immediate given-ness*, com hífen, no original. Observar nota 14.

intra-ações causais específicas, nas quais “material” é desde sempre material-discursivo — *isso é o que significa* chegar à matéria/*to matter*. Teorias que se concentram exclusivamente na materialização de corpos “humanos” deixam passar um ponto crucial, o de que as próprias práticas pelas quais as fronteiras diferenciais do “humano” e do “não humano” são desenhadas estão desde sempre implicadas em determinadas materializações. A constituição diferencial do “humano” (“não humano”) é sempre acompanhada de certas exclusões e está sempre aberta à contestação. Este é o resultado da natureza causal não determinística das intra-ações agenciais, um ponto crucial tratado na próxima seção.

A natureza da produção e a produção de natureza: agência e causalidade

Qual é a natureza da causalidade nesta abordagem? Quais possibilidades existem à agência, para a intervenção no devir do mundo? Onde entram as questões de atribuição e de responsabilidade?

Intra-ações agenciais são operações causais. Lembremos que um corte agencial efetua uma separabilidade local de distintas “partes componentes” do fenômeno, um dos quais (“a causa”) se expressa ao efetuar e marcar o outro (“o efeito”). Em um contexto científico, esse processo é conhecido como “medição”. (De fato, a noção de “medição” é nada mais nada menos que uma intra-ação causal.)⁴⁹ Se ele é pensado como uma “medição” ou como parte do universo fazendo-se inteligível para outra parte em sua contínua inteligibilidade e materialização diferenciante, é uma questão de preferência⁵⁰. Em ambos os caminhos, o que é importante nas intra-ações causais é o fato de que marcas são deixadas nos corpos. Objetividade significa ser afiançável por marcas nos corpos.

Essa estrutura causal difere em aspectos importantes das escolhas mais corriqueiras entre exterioridade absoluta e interioridade absoluta, determinismo e livre arbítrio. No caso da geometria de exterioridade absoluta, a reivindicação de que práticas culturais produzem corpos materiais começa com a pressuposição metafísica da distinção ontológica estabelecida entre estes e aquelas. O modelo de inscrição do construtivismo é deste tipo: a cultura é figurada como uma força externa agindo sobre a natureza passiva. Há uma ambiguidade nesse modelo sobre se a natureza existe em alguma forma pré-discursiva, anterior à sua marcação pela cultura. Se existir tal entidade antecedente, então sua própria existência assinala o limite inerente do construtivismo. Neste caso, a retórica deveria ser suavizada para refletir mais precisamente o fato de que a força da cultura “modela” ou “inscreve” a natureza, mas não a *produz* materialmente. Por outro lado, se não

49 Sou grata a Joe Rouse por ter colocado tão elegantemente esse ponto (conversa privada). Rouse (2002) sugere que *medição* não precisa ser um termo acerca de operações de laboratório, que, antes de responder se uma coisa é ou não uma medição, uma questão anterior precisa ser considerada, nomeadamente: O que constitui uma medição de quê?

50 A inteligibilidade não é algo fundamentado no humano. Ela é matéria de articulações diferenciais e de responsividade/engajamento diferencial. Vicki Kirby (1997) faz pontuação semelhante.

há natureza preexistente, então compete àqueles que defendem uma tal teoria explicar como é que a cultura, tal como supõem, pode materialmente produzir aquilo do qual ela é ontologicamente distinta, a saber a natureza. Qual é o mecanismo dessa produção? A alternativa usual também não é atraente: a geometria de interioridade absoluta equivale a uma redução do efeito à sua causa, no caso, da natureza à cultura, ou da matéria à linguagem, o que equivale a uma forma ou outra de idealismo.

A separabilidade agencial apresenta uma alternativa a essas opções insatisfatórias⁵¹. Ela postula um sentido de “exterioridade de dentro”, um que rejeita as geometrias anteriores e abre um espaço muito mais vasto, mais apropriadamente pensado como uma topologia cambiante⁵². Mais especificamente, a *separabilidade agencial* é uma questão de *fenômenos (material-discursivos) de exterioridade de dentro*. Assim, nenhuma prioridade é conferida à materialidade ou à discursividade⁵³. Não há nenhuma relação geométrica de exterioridade absoluta entre um “dispositivo causal” e um “corpo efetuado”⁵⁴, nem um colapso idealístico de ambos, mas uma dinâmica topológica contínua que envolve a variedade espaço-temporal sobre si, resultando do fato de dispositivos de produção corpórea (eles próprios fenômenos) serem (também) parte dos fenômenos que produzem. A matéria desempenha um papel ativo, de fato agencial, em sua materialização iterativa, mas esta não é a única razão de o espaço de agência ser muito mais vasto que aquele postulado em inúmeras outras teorias críticas sociais⁵⁵. Intra-ações sempre implicam determinadas exclusões, e as exclusões impedem qualquer possibilidade de determinismo, dando condição para um futuro em aberto⁵⁶. Por essa razão, intra-ações restringem, mas não determinam. Ou seja, a intra-atividade não é nem matéria de determinismo

51 Butler também rejeita ambas as opções, propondo uma alternativa que ela chama de “fora constitutivo”. O “fora constitutivo” é uma exterioridade dentro da linguagem — é aquele “o quê” a que a linguagem é impelida a responder na sua tentativa repetitiva de capturar a perda ou ausência persistente daquilo que não pode ser capturado. É esta repetitiva demanda por e inevitável falha de linguagem para resolver essa demanda que abre espaço para a resignificação — uma forma de agência — dentro dos termos de tal reiteração. Mas o fato de que a própria linguagem seja uma clausura que contém o fora constitutivo equivale a uma lamentável reinscrição da matéria como submissa ao jogo da linguagem e exibe um compromisso com um antropocentrismo inaceitável, reduzindo as possibilidades da agência à resignificação.

52 A geometria ocupa-se de formas e tamanhos (isso é verdade até para as variedades não euclidianas, como as geometrias construídas a partir de superfícies curvas, as esferas, em vez de planos), enquanto que a topologia investiga questões de conectividade e fronteiras. Mesmo que a espacialidade seja de modo frequente pensada geometricamente, particularmente em termos das características dos espaços fechados (como tamanho e forma), este é apenas um caminho de se pensar sobre espaço. Características topológicas das variedades podem ser extremamente importantes. Por exemplo, dois pontos que parecem geometricamente distantes podem, dada uma determinada conectividade da variedade espacial, estarem de fato próximas uma à outra (como, por exemplo, no caso de objetos cosmológicos chamados de “buracos de minhoca”).

53 Em contraste, por exemplo, com o “fora constitutivo” de Butler.

54 N. da T.: Optamos por “efetuado”, sinônimo na língua portuguesa para “efetuado”, justamente para relevar a noção de “efeito” na efetuação corpórea em questão.

55 Por exemplo, o espaço de agência é muito mais amplo do que aquele postulado pelas teorias de Butler ou de Louis Althusser. Há mais para a agência do que a possibilidade de resignificação linguística, e o engano do efeito determinístico não requer um conflito entre dispositivos/demandas discursivas (i.e., sobre-determinação).

56 Isso é verdade também no nível atômico. De fato, como Bohr enfatiza, a recíproca exclusão de “posição” e “momento linear” é o que faz a noção de causalidade na física quântica profundamente diferente do sentido determinista de causalidade da física clássica newtoniana.

estrito, nem de liberdade irrestrita. O futuro está radicalmente aberto a cada esquina. Este sentido em aberto de futuridade não depende do conflito ou da colisão de demandas culturais; antes, ele é inerente à natureza da intra-atividade — mesmo quando os dispositivos são primariamente reificantes, a agência não é excluída. Consequentemente, a noção de intra-ações reformula a noção tradicional de causalidade e abre um espaço, de fato um espaço relativamente mais amplo, para formas material-discursivas de agência.

Uma formulação pós-humanista de performatividade torna evidente a importância de se levar em conta formas “humanas”, “não humanas” e “ciborgues” de agência (todas elas formas material-discursivas). Isso é ao mesmo tempo possível e necessário porque a agência é uma função de mudança nos dispositivos de produção corpórea, e tais mudanças têm lugar nas várias intra-ações, algumas das quais refazem as fronteiras que delineiam a constituição diferencial do “humano”. Manter fixa a categoria de “humano” exclui antecipadamente um rol inteiro de possibilidades, omitindo dimensões importantes dos mecanismos do poder.

Em uma abordagem realista agencial, a agência é liberada de sua órbita humanista tradicional. A agência não está alinhada com a intencionalidade ou a subjetividade humanas. Nem implica meramente uma resignificação ou outros tipos específicos de movimentos dentro de uma geometria social de anti-humanismo. A agência é uma questão de intra-ação; é uma operação, não alguma coisa que alguém ou alguma coisa possui. A agência não pode ser designada como um atributo de “sujeitos” ou “objetos” (uma vez que eles não preexistem como tais). A agência não é, sob qualquer hipótese, um atributo — é o “fazer”/“ser” em sua intra-atividade. A agência é a operação de mudanças iterativas em práticas particulares através das dinâmicas de intra-atividade. Agência tem a ver com as possibilidades e a responsabilidade implicadas na reconfiguração dos dispositivos material-discursivos de produção corpórea, incluindo as articulações e exclusões de fronteiras marcadas por estas práticas na operação de uma estrutura causal. Possibilidades particulares de ação existem a cada momento, e essas possibilidades mutáveis implicam uma responsabilidade de intervir no devir do mundo, de contestar e retrabalhar o que importa e o que é excluído da matériação.

Conclusões

Os acadêmicos dos estudos feministas, dos estudos *queer*, dos estudos culturais e da teoria crítica social estão entre aqueles que lutam com a dificuldade de suportar o peso do mundo. Por um lado, há um desejo explícito de reconhecer e recuperar a matéria e seus aparentados e injuriados Outros, exilados dos domínios familiares e confortáveis da cultura, da mente e da história, não simplesmente para advogar altruisticamente em seu nome, mas no anseio de achar um caminho para levar em conta a nossa própria finitude. Seríamos capazes de identificar os limites e as restrições, se não os fundamentos, do discurso-conhecimento em sua produtividade? Apesar de sua substância, entretanto, não é a matéria que, de acordo com as várias tentativas contemporâneas de

salvá-la, finda a girar no desregramento de infinitas possibilidades; antes, é a própria existência da finitude que é definida como matéria. Presos novamente olhando espelhos, permanecem o rosto da transcendência ou a nossa própria imagem. É como se não houvesse modos alternativos de conceituar a matéria: as únicas opções parecem ser ou a ingenuidade do empirismo ou as velhas histórias narcisistas da carochinha.

Propus uma abordagem materialista pós-humanista de performatividade que desafia o posicionamento da materialidade como dada ou como um mero efeito da agência humana. Em uma abordagem realista agencial, a materialidade é um fator ativo nos processos de materialização. A natureza não é nem uma superfície passiva esperando a marca da cultura, nem o produto final de performances culturais. A crença de que a natureza é muda e imutável e de que todas as expectativas de significação e de mudança residem na cultura é uma reinscrição do dualismo natureza/cultura que feministas têm contestado ativamente. Do mesmo modo, uma distinção humano/não humano não pode ser simplesmente plugada a qualquer teoria que proclame dar conta da matéria em toda a sua historicidade. Acadêmicas feministas ligadas aos *science studies* em particular têm enfatizado que inscrições fundacionais do dualismo natureza/cultura excluem o entendimento de como “natureza” e “cultura” são formadas, um entendimento que é crucial tanto às análises feministas quanto às científicas. Elas têm enfatizado também que a noção de “formação” não nega de maneira alguma a realidade material tanto de “natureza” quanto de “cultura”. Consequentemente, qualquer abordagem performativa que se preze seria desaconselhada a incorporar tais valores antropocêntricos em suas fundações.

Uma parte crucial da abordagem performativa que tenho proposto é um repensar das noções de práticas discursivas e fenômenos materiais e das relações entre eles. Em uma abordagem realista agencial, práticas discursivas não são atividades fundamentalmente humanas, mas (re)configurações materiais específicas do mundo pelas quais determinações locais de fronteiras, propriedades e significados são operadas diferencialmente. E a matéria não é uma essência fixa; antes, matéria é substância em seu devir intra-ativo — não uma coisa, mas um fazer, um adensamento da agência. E performatividade não é entendida como citacionalidade iterativa, como afirma Butler, mas intra-atividade iterativa.

Em uma abordagem realista agencial das práticas tecnocientíficas, o “conhecedor” não permanece na absoluta externalidade em relação ao mundo natural investigado — não há tal ponto de observação exterior⁵⁷. Assim, não é a exterioridade absoluta que é condição de possibilidade da objetividade, mas a separabilidade agencial — exterioridade de dentro dos fenômenos⁵⁸. “Nós” não somos observadores fora do mundo. Nem estamos

57 Outros também fizeram valer este ponto, por exemplo, Haraway (1991); Kirby (1997); Rouse (2002); e Bohr.

58 A noção de separabilidade agencial, fundada na noção realista agencial de intra-ações, possui consequências de longo alcance. De fato, pode desempenhar um papel crítico na resolução do “problema de medição” e de outros consagrados problemas na teoria quântica. Ver Barad (2007).

simplesmente alocados em determinados lugares *no* mundo; antes, somos parte *do* mundo em sua contínua intra-atividade. Este é um ponto a que Niels Bohr tentou chegar em sua insistência de que nossa epistemologia devesse levar em conta o fato de que somos parte desta natureza que tentamos entender. Infelizmente, entretanto, em sua última compreensão humanista do “nós”, ele restringe algumas implicações pós-humanistas importantes desse insight. Vicki Kirby articula com eloquência este relevante ponto pós-humanista:

[...] estou tentando complexificar a locabilidade da identidade humana [entendida] como um aqui e agora, como um produto fechado e finalizado, como uma força causal sobre a Natureza. Ou ainda [...] como alguma coisa dentro da Natureza. Eu não quero que o humano esteja na Natureza, como se Natureza fosse um contêiner. A identidade é intrinsecamente instável, diferenciada, dispersa e, ainda assim, estranhamente coerente. Se digo ‘isto é a própria natureza’, uma expressão que comumente denota um essencialismo prescritivo, razão pela qual nós a evitamos, na realidade eu dinamizo este ‘própria’ e de fato sugiro que ‘pensar’ não é o outro da natureza. A natureza performa-se diferentemente. (KIRBY, 2002, em comunicação privada)⁵⁹

A configuração particular que um dispositivo toma não é uma construção arbitrária de escolha “nossa”; nem é o resultado de estruturas de poder causalmente determinísticas. “Humanos” não reúnem diferentes dispositivos simplesmente para satisfazer determinados projetos de conhecimento, mas são, eles mesmos, partes específicas locais da reconfiguração contínua do mundo. Se manipulações laboratoriais, intervenções observacionais, conceitos ou outras práticas humanas têm um papel a desempenhar é como parte da configuração material do mundo em seu devir intra-ativo. “Humanos” são parte do espaço corpo-mundo em sua estruturação dinâmica.

Há um sentido decisivo pelo qual práticas de conhecer não podem ser totalmente reivindicadas como práticas humanas, não simplesmente porque utilizamos elementos não humanos em nossas práticas, mas porque conhecer é parte do mundo fazendo-se inteligível à outra parte. Práticas de conhecer e ser não são isoláveis, são mutuamente implicadas. Nós não obtemos conhecimento permanecendo fora do mundo; conhecemos porque “nós” somos *do* mundo. Somos parte do mundo em seu devir diferencial. A separação entre epistemologia e ontologia é a reverberação de uma metafísica que supõe uma diferença inerente entre humano e não humano, sujeito e objeto, mente e corpo, matéria e discurso. *Onto-epistem-ologia* — o estudo de práticas de conhecer no ser — é provavelmente um caminho mais profícuo para pensar sobre os entendimentos que são necessários para admitirmos como intra-ações específicas chegam à matéria/importam.

59 O questionamento constante de Kirby da tenaz binariedade natureza/cultura não tem paralelo. Ver Kirby (1997) para uma notável leitura “materialista” (minha descrição) da teoria derridiana.

Referências

- BARAD, Karen. A Feminist Approach to Teaching Quantum Physics. In: ROSSER, Sue V. (Ed.). **Teaching the Majority: Breaking the Gender Barrier in Science, Mathematics, and Engineering**. Athene Series. Nova York: Teacher's College Press, pp. 43-75, 1995.
- _____. Meeting the Universe Halfway: Realism and Social Constructivism without Contradiction. In: NELSON, Lynn Hankinson & NELSON, Jack (Eds.). **Feminism, Science, and the Philosophy of Science**. Dordrecht: Kluwer Press, p. 161-194, 1996.
- _____. Agential Realism: Feminist Interventions in Understanding Scientific Practices. In: BIAGIOLI, Mario (Ed.). **The Science Studies Reader**. Nova York: Routledge, p. 1-11, 1998a.
- _____. Getting Real: Technoscientific Practices and the Materialization of Reality. **differences: A Journal of Feminist Cultural Studies**, v. 10, n. 2, p. 87-126, 1998b.
- _____. Performing Culture/Performing Nature: Using the Piezoelectric Crystal of Ultrasound Technologies as a Transducer between Science Studies and Queer Theories. In: LAMMAR, Christina (Ed.) **Digital Anatomy**. Viena: Turia & Kant, p. 98-114, 2001a.
- _____. Re(con)figuring Space, Time, and Matter. In: DEKOVEN, Marianne (Ed.). **Feminist Locations: Global and Local, Theory and Practice**. New Brunswick: Rutgers University Press, p. 75-109, 2001b.
- _____. Posthumanist Performativity: Toward an Understanding of How Matter Comes to Matter. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 28, n. 3, pp.801-831, 2003.
- _____. **Meeting the Universe Halfway: Quantum Physics and the Entanglement of Matter and Meaning**. Durham: Duke University Press, 2007.
- BUTLER, Judith. Foucault and the Paradox of Bodily Inscriptions. **Journal of Philosophy**, v. 86, n. 11, p. 601-607, 1989.
- BUTLER, Judith. **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity**. Nova York: Routledge, 1990.
- _____. **Bodies That Matter: On the Discursive Limits of "Sex"**. Nova York: Routledge, 1993.
- _____. **Corpos que pesam**. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- _____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Tradução: Sean Hand. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1988.
- DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- FOUCAULT, Michel. **The Order of Things: An Archaeology of the Human Sciences**. Nova York: Vintage Books, 1970.
- _____. **The Archaeology of Knowledge and the Discourse on Language**. Tradução: A. M. Sheridan Smith. Nova York: Pantheon Books, 1972.
- _____. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- _____. **The History of Sexuality**, v. 1. Tradução: Robert Hurley. Nova York: Vintage Books, 1980a.
- _____. **Power/Knowledge: Selected Interviews and Other Writings, 1972-1977**. Ed. Colin Gordon. Nova York: Pantheon Books, 1980b.
- _____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- _____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 8a edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. **Microfísica do poder**. 25ª edição. São Paulo: Graal, 2012.
- _____. **Representar e Intervir**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2012.
- HACKING, Ian. **Representing and Intervening: Introductory Topics in the Philosophy of Natural Science**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- HARAWAY, Donna. **Simians, Cyborgs, and Women: The Reinvention of Nature**. New York: Routledge, 1991.
- _____. The Promises of Monsters: A Regenerative Politics for Inappropriate/d Others. In: GROSSBERG, Lawrence; NELSON, Cory & TREICHLER, Paula (Eds.). **Cultural Studies**, p. 295-337. Nova York: Routledge, 1992.
- _____. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Núcleo de Estudos de Gênero, UNICAMP, n. 5, 1995.
- _____. **Modest_Witness@Second_Millennium.FemaleMan_Meets_OncoMouse: Feminism and Technoscience**. Nova York: Routledge, 1997.

- _____. 'Gênero' para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, Núcleo de Estudos de Gênero, UNICAMP, n. 22, 2004.
- HENNESSEY, Rosemary. **Materialist Feminism and the Politics of Discourse**. Nova York: Routledge, 1993.
- KIRBY, Vicki. **Telling Flesh: The Substance of the Corporeal**. Nova York: Routledge, 1997.
- PICKERING, Andrew. **The Mangle of Practice: Time, Agency, and Science**. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
- ROUSE, Joseph. **Knowledge and Power: Toward a Political Philosophy of Science**. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1987.
- _____. **Engaging Science: How to Understand Its Practices Philosophically**. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1996.
- _____. **How Scientific Practices Matter: Reclaiming Philosophical Naturalism**. Chicago: University of Chicago Press, 2002.
- SEDGWICK, Eve Kosofsky. Queer Performativity: Henry James's *The Art of the Novel*. **GLQ**, v. 1, n. 1, p. 1–16, 1993.
- SHAVIRO, Steve. **Doom Patrols: A Theoretical Fiction about Postmodernism**. Nova York: Serpent's Tail, 1997. Disponível em: <http://www.dhlgren.com/Doom/>.